



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento N° **DE 2016**
(Do Sr. Ezequiel Teixeira)

Requer que seja realizada, nesta Comissão, reunião de Audiência Pública para debater os efeitos negativos da liberação dos jogos de azar, seu impacto social e a violação da Dignidade da Pessoa Humana.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que seja realizada, nesta Comissão, reunião de Audiência Pública para debater **os efeitos negativos da liberação dos jogos de azar, seu impacto social e a violação da Dignidade da Pessoa Humana.**

JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que no Brasil, a prática da exploração de jogos de azar é uma contravenção penal punida em todo o território nacional desde o ano de 1946, pelo Decreto Lei nº 9.215. Sendo antiga a preocupação com os malefícios sociais ocasionados pelos jogos.

Ainda que não houvesse previsão legal, poderíamos extrair a vedação à liberação dos jogos de azar do Primado Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, esculpido no inciso III do artigo 1º da CRFB.

A dignidade humana é um valor fundamental ligado a ideia de bom, justo e virtuoso, ela se situa ao lado de outros valores centrais para o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Direito como justiça, segurança e solidariedade. Logo, a dignidade seria a justificação moral dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

O jogo de azar, retira do cidadão a probabilidade legítima de êxito e transfere para o fortuito. Não há possibilidade de vantagem ou equivalência aceitável de direitos entre aquele que explora e o jogador. Fica ferido, dessa forma, os valores que forjam o princípio da dignidade da pessoa humana, notadamente o dever de solidariedade e segurança.

As relações tanto no âmbito público, como privado devem guardar obediência ao dever de solidariedade. Nesse sentido, permitir a liberação de jogos de azar quando só uma das partes na relação jurídica leva vantagem fere de morte a dignidade humana e segurança esperada nas relações jurídicas, mormente nas relações de consumo.

Não pode o Legislativo legitimar a posição de vulnerabilidade daquele que se propõe a praticar o jogo. A aprovação da referida legislação não é proporcional em sentido estrito, necessária ou adequada.

Igualmente, a justificativa com base no incremento da arrecadação não pode ser invocada, sob pena, de levar a absurda legalização das drogas, prostituição e diversos outros crimes.

Existem medidas adequadas a serem alcançadas pelo Estado, que ocasionariam mínimo impacto social, a saber, a redução de despesa pelos entes. Tal medida, geraria um reflexo imediato na disponibilidade financeira impedindo o negativo impacto da liberação dos jogos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Outro fator que devemos considerar, está afeto aos transtornos sociais que a liberação dos jogos de azar poderia trazer para a nossa sociedade. Estudos científicos, demonstram que milhares de jogadores perdem ao longo do tempo, até mesmo, a capacidade de se autodeterminar, bem como, sofreram transtornos psicológicos, endividamento, vício em drogas e outros complicadores sociais, além do grande retrocesso social.

Chamo atenção, ainda, para o perigo do dano reverso, ou seja, as consequências sociais nefastas que a liberação dos jogos de azar pode ocasionar acarretará um prejuízo econômico e social superior ao auferido com a liberação dos jogos.

Em países, como Espanha, Alemanha, Itália, Suécia, Austrália, Suíça, Alemanha, entre outros, onde os jogos de azar são legalizados, já vêm sendo discutido a respeito da relação custo-benefício dos jogos, pois, a despeito da vantagem econômica, existem os riscos psíquicos, sociais e a preocupação com a saúde pública.

Importante também observar que os jogos estão cotidianamente ligados a suspeitas de fraudes, sonegações fiscais, crime organizado, entre outras atividades ilegais. No ano de 2007, por exemplo, foram realizadas duas ações da Polícia Federal, no qual foi descoberto que alguns grupos praticavam exploração de jogos e corrupção de agentes públicos como policiais, políticos e juízes da mais alta instância judiciária, pagando propinas com o intuito de manter atividades ligadas ao jogo.

Outro grande exemplo, foi a operação Monte Carlo, na qual o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, foi preso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

apontado como chefe de uma organização que explorava jogos em Goiás e corrompia agentes públicos para manter o negócio.

Por todo exposto, fica claro reconhecer o interesse público e a necessidade de trazer para esta comissão o debate, coloco a disposição dos meus pares a possibilidade de indicar pessoas e autoridades para participar da audiência pública.

Rol de Convidados:

1. Ministro da Justiça;
2. Secretário Nacional de Direitos Humanos;
3. Procurador Geral da República;
4. Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
5. Gilmar Brunizio, Advogado;
6. Representante do Conselho Federal de Psicologia;
7. Representante do Conselho Federal de Medicina

Dep. Ezequiel Teixeira
PTN/RJ